



Polícia Militar do Estado do Amapá

Oficial Combatente - QOPMC (Pós-Edital)

Nome do Candidato	Nº de Inscrição	Nº do Caderno

Nº do Documento	ASSINATURA DO CANDIDATO

1º SIMULADO

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Eu sou imparável!

- Verifique se este caderno:
- corresponde a sua opção de cargo.
- contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo.
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Estudo de Caso e utilizar, se necessário, os espaços para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou qualquer outro material.
- Em hipótese algum os rascunhos da Prova Discursiva-Estudo de Caso serão corrigidos.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Estudo de Caso, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Estudo de Caso (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de **PREENCHER GABARITO**, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
 - **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.
Obs.: se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
 - **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

treinodificil_jogofacil@grancursosonline.com.br.

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

CÓDIGO:

2508289792M

TIPO DE MATERIAL::

Simulado Preparatório

NUMERAÇÃO:

1º Simulado

NOME DO ÓRGÃO:

Polícia Militar do Estado do Amapá
PM AP

CARGO:

Oficial Combatente - QOPMC

MODELO/BANCA:

FCC - Fundação Carlos Chagas

EDITAL:

Pós-Edital

DATA DE APLICAÇÃO:

09/2025

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:

09/2025

Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.

PM AP - 1º SIMULADO - OFICIAL COMBATENTE - QOPMC (PÓS-EDITAL)

LÍNGUA PORTUGUESA

Andréa Cerqueira

Brasileiro, homem do amanhã

Há em nosso povo duas constantes que nos induzem a sustentar que o Brasil é o único país brasileiro de todo o mundo. Brasileiro até demais. Constituindo as colunas da brasilidade, as duas constantes, como todos sabem, são: 1) a capacidade de dar um jeito; 2) a capacidade de adiar.

A primeira é ainda escassamente conhecida, e muito menos compreendida, no estrangeiro; a segunda, no entanto, já anda bastante divulgada no exterior, sem que o corpo diplomático contribua direta ou sistematicamente para isso.

Aquilo que Oscar Wilde e Mark Twain diziam apenas por humorismo (nunca se fazer amanhã aquilo que se pode fazer depois de amanhã) não é no Brasil propriamente uma deliberada norma de conduta, uma diretriz de base. Não, é mais, é bem mais forte do que princípio voluntarioso: é um instinto inelutável, uma força espontânea da estranha e surpreendente raça brasileira.

Para o brasileiro, os atos fundamentais da existência são: nascimento, reprodução, procrastinação e morte (esta última, se possível, também adiada).

Adiamos em virtude de um verdadeiro e inevitável estímulo, se me permitem, psicossomático. Trata-se de um reflexo condicionado, pelo qual, proposto um problema a um brasileiro, ele reage instantaneamente com as palavras: daqui a pouco; logo à tarde; só à noite; amanhã; segunda-feira.

Adiamos tudo, o bem e o mal, o bom e o mau, que não se confundem, pelo contrário, que tantas vezes se desemparelham. Adiamos o trabalho, o encontro, o almoço, o telefonema, o dentista, a conversa séria, o pagamento do imposto de renda, as férias, a reforma agrária, o seguro de vida, o exame médico, a visita de pêsames, o conserto do automóvel, o túnel para Niterói, a festa de aniversário da criança, as relações com a China, o pagamento da prestação, adiamos até o amor. Só a morte e a promissória são mais ou menos pontuais entre nós. Mesmo assim, há remédio para a promissória: o adiamento trimestral da reforma, uma instituição sacrossanta no Brasil. Quanto à morte, é de se lembrar dois poemas típicos do Romantismo: na "Canção do Exílio", Gonçalves Dias roga a Deus não permitir que ele morra sem que volte para lá, isto é, pra cá; já Álvares de Azevedo, tem aquele poema famoso cujo refrão é sintomaticamente brasileiro: "Se eu morresse amanhã!" Nem os românticos queriam morrer hoje.

Sim, adiamos por força de um incoercível destino nacional, do mesmo modo que, por força do destino, o francês poupa dinheiro, o inglês confia no Times, o português espera o retorno de dom Sebastião, o alemão trabalha com um furor disciplinado, o espanhol se excita diante da morte, o japonês esconde o pensamento e o americano usa gravatas insuportáveis.

O brasileiro adia; logo existe.

Como já disse, o conhecimento da nossa capacidade autóctone para a incessante delonga transpõe as fronteiras e o Atlântico. A verdade é que já está nos manuais. Ainda há pouco, lendo um livro francês sobre o Brasil, incluído numa coleção quase didática de viagens, achei no fim do volume algumas informações essenciais sobre nós e a nossa terra. Entre endereços de embaixadas e consulados, estatísticas, informações culinárias, o autor intercalou o seguinte tópico:

DES MOTS

Hier: ontem

Aujourd'hui: hoje

Demain: amanhã

Le seul important est le dernier

A única palavra importante é amanhã. Esse francês malicioso agarrou-nos pela perna. O resto eu adio para a semana que vem.

Crônica de Paulo Mendes Campos, publicado na revista Manchete em 14.3.1964.

1. O texto de Paulo Mendes Campos articula-se em torno de uma crítica bem-humorada ao modo de ser do brasileiro. Considerando o ponto de vista do autor, assinale a alternativa **correta**:
- (A) O cronista vê no hábito de adiar uma escolha racional do brasileiro, orientada por conveniência social.
 - (B) A procrastinação, no texto, é apresentada como característica cultural brasileira, naturalizada e irremediável.
 - (C) O autor sugere que a tendência a adiar aproxima o Brasil de outras nações latinas, sobretudo Portugal e Espanha.
 - (D) A comparação com estrangeiros busca demonstrar que o brasileiro é inferior na organização da vida prática.
 - (E) A referência ao Romantismo evidencia que a procrastinação é herança literária, transmitida por meio da poesia.

2. Na crônica, a ironia constitui recurso expressivo fundamental. Sobre os efeitos de sentido criados pelo uso desse recurso, assinale a alternativa **correta**:
- (A) A ironia se manifesta apenas quando o autor comenta o estrangeiro, não quando fala do Brasil.
 - (B) A citação de Wilde e Twain reforça a ideia de que o brasileiro segue normas éticas universais.
 - (C) A enumeração dos adiamentos (dentista, reforma agrária, festa de aniversário, etc.) ironiza a convivência entre problemas triviais e estruturais.
 - (D) O tom irônico minimiza a crítica, transformando-a em exaltação do caráter brasileiro.
 - (E) A ironia se esgota no título, que apresenta o “homem do amanhã” como ideal utópico.
3. O trecho final da crônica, em que o autor relata a leitura de um livro francês que conclui com a palavra *demain* (“amanhã”), tem como principal efeito:
- (A) Demonstrar a falta de rigor acadêmico dos estrangeiros ao falar do Brasil.
 - (B) Reforçar, de maneira humorística, a imagem já cristalizada do brasileiro como procrastinador.
 - (C) Romper com o tom crítico, encerrando o texto de modo elogioso e nacionalista.
 - (D) Valorizar a importância das traduções culturais na compreensão da identidade brasileira.
 - (E) Estabelecer a equivalência entre o olhar estrangeiro e a realidade vivida pelo brasileiro, anulando a ironia.

Observe o seguinte trecho:

“Adiamos tudo, o bem e o mal, o bom e o mau, que não se confundem, pelo contrário, que tantas vezes se desemparelham.”

4. Assinale a alternativa em que a explicação sobre o uso da pontuação **está correta**:
- (A) As vírgulas antes e depois de “pelo contrário” são opcionais, já que a locução funciona apenas como advérbio.
 - (B) As vírgulas que isolam “que tantas vezes se desemparelham” indicam um adjunto adnominal, retomando “o bem e o mal, o bom e o mau”.
 - (C) A vírgula após “Adiamos tudo” poderia ser eliminada, sem prejuízo ao sentido nem à correção gramatical.
 - (D) A vírgula após “que não se confundem” marca a intercalação de expressão explicativa, funcionando como um inciso.
 - (E) As vírgulas que separam “o bem e o mal, o bom e o mau” são obrigatórias porque separam termos com funções sintáticas idênticas.

Leia o trecho:

“Adiamos em virtude de um verdadeiro e inevitável estímulo, se me permitem, psicossomático.”

5. Considerando a regência verbal e nominal, assinale a alternativa em que a análise está **correta**:
- (A) O verbo *adiar* é transitivo indireto, exigindo a preposição *de* em construções como “adiamos de compromissos importantes”.
 - (B) A expressão “em virtude de” exige complemento regido pela preposição *de*, funcionando como locução prepositiva causal.
 - (C) O verbo *permitir*, no trecho “se me permitem”, exige objeto direto e indireto, por isso a forma correta seria “se me permitem de falar”.
 - (D) O adjetivo *inevitável*, em “inevitável estímulo”, rege a preposição *a*, devendo a forma adequada ser “inevitável ao estímulo”.
 - (E) O substantivo *estímulo* exige complemento introduzido pela preposição *para*, de modo que o correto seria “estímulo para o adiamento”.

6. Leia os trechos do texto:

- I. “Aquilo que Oscar Wilde e Mark Twain diziam apenas por humorismo (nunca se fazer amanhã aquilo que se pode fazer depois de amanhã) **não é** no Brasil propriamente uma deliberada norma de conduta...”
- II. “O brasileiro adia; logo **existe**.”
- III. “Mesmo assim, há remédio para a promissória: o adiamento trimestral da reforma, uma instituição sacrossanta no Brasil.”

Sobre a concordância verbal e nominal nos trechos, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Em I, a forma verbal **não é** está no singular porque concorda com o núcleo do sujeito oracional reduzido de infinitivo: “nunca se fazer amanhã aquilo que se pode fazer depois de amanhã”.
- (B) Em II, a forma verbal **existe** está corretamente no singular, pois concorda com o sujeito simples “o brasileiro”.
- (C) Em III, a concordância nominal em “instituição sacrossanta” poderia, por eufonia, ser alterada para “instituição sacrossanto”, sem prejuízo da correção.
- (D) Em I, a concordância verbal poderia ser feita no plural (“não são”), já que o sujeito expresso pelo infinitivo reduzido contém mais de uma ação.
- (E) Em III, o verbo **há** em “há remédio para a promissória” está no singular porque se trata de verbo impessoal, indicando existência, e nunca varia em número.

Considere o seguinte fragmento:

“Para o brasileiro, os atos fundamentais da existência são: nascimento, reprodução, procrastinação e morte (esta última, se possível, também adiada).”

7. Nessa formulação, a ironia articula-se a uma concepção de identidade nacional. Sobre os efeitos de sentido desse recurso, é correto afirmar que:
- (A) A enumeração paródica mimetiza as categorias filosóficas existenciais (nascimento, reprodução e morte), inserindo nelas a procrastinação como marca cultural, o que reforça a crítica à naturalização da inércia.
 - (B) O recurso à ironia elimina qualquer possibilidade de crítica social, já que reduz o adiamento a simples efeito cômico, sem conseqüências interpretativas mais profundas.
 - (C) A inserção de “procrastinação” ao lado de “nascimento” e “morte” sinaliza a tentativa de esvaziar o caráter universal da experiência humana, afirmando o relativismo cultural brasileiro.
 - (D) A paródia aqui utilizada anula a dimensão de identidade nacional, porque desloca a procrastinação para um campo puramente individual, desprovido de coletividade.
 - (E) O efeito de humor repousa na proximidade entre “nascimento” e “procrastinação”, sugerindo que o brasileiro considera o ato de adiar mais relevante do que o de morrer.

Leia o trecho:

“Sim, adiamos por força de um incoercível destino nacional, **do mesmo modo que**, por força do destino, o francês poupa dinheiro, o inglês confia no *Times*, o português espera o retorno de dom Sebastião, o alemão trabalha com um furor disciplinado, o espanhol se excita diante da morte, o japonês esconde o pensamento e o americano usa gravatas insuportáveis.”

8. Sobre o conector destacado e outros usos de conectores no texto, assinale a alternativa **correta**:
- (A) O conector **do mesmo modo que** estabelece valor concessivo, já que contrapõe a procrastinação brasileira ao trabalho disciplinado do alemão.
 - (B) O uso de **do mesmo modo que** introduz uma comparação, aproximando o adiamento brasileiro de outras práticas culturais estrangeiras, todas tratadas como inevitáveis.
 - (C) A repetição de **por força de** revela valor condicional, equivalendo a “caso o destino imponha”.
 - (D) Em “Só a morte e a promissória são mais ou menos pontuais entre nós”, o conector **só** introduz valor conclusivo, equivalente a “portanto”.
 - (E) Em “Nem os românticos queriam morrer hoje”, o conector **nem** possui valor exclusivamente aditivo, funcionando como equivalente pleno de “e também”.

Trecho escolhido:

“Aquilo que Oscar Wilde e Mark Twain diziam apenas por humorismo (nunca se fazer amanhã aquilo que se pode fazer depois de amanhã) **não é no Brasil propriamente uma deliberada norma de conduta, uma diretriz de base. Não, é mais, é bem mais forte do que princípio voluntarioso: é um instinto inelutável, uma força espontânea da estranha e surpreendente raça brasileira.**”

9. Sobre a estrutura de coordenação e subordinação no trecho acima, assinale a alternativa **correta**:
- (A) A oração “que Oscar Wilde e Mark Twain diziam apenas por humorismo” é subordinada substantiva objetiva direta, pois completa o sentido de “Aquilo”.
 - (B) A construção “nunca se fazer amanhã aquilo que se pode fazer depois de amanhã” é oração subordinada adjetiva restritiva, qualificando o termo “humorismo”.
 - (C) A sequência “um instinto inelutável, uma força espontânea da estranha e surpreendente raça brasileira” constitui predicativo do sujeito, formado por termos coordenados.
 - (D) O trecho “Não, é mais, é bem mais forte do que princípio voluntarioso” exemplifica subordinação causal, já que explica por que não se trata de norma de conduta.
 - (E) O uso de dois-pontos em “princípio voluntarioso: é um instinto inelutável” introduz oração subordinada consecutiva, indicando resultado lógico da afirmação anterior.

Procrastinação: você tem o hábito de adiar as coisas importantes?

- 1 É muito grande o número de pessoas que sofrem as terríveis consequências de sempre adiar até a última hora o que deve ser feito.
- 2 Deixam para “daqui a pouco” ou para “amanhã” o término do projeto cujo prazo se aproxima rapidamente.
- 3 Ao invés de priorizar as tarefas importantes, usam seu tempo para outras atividades como arrumar e organizar o armário, ler revistas, os e-mails, posts do Facebook, ver as fotos dos amigos no Instagram, assistir o episódio daquela série no Netflix etc., até que a tarefa importante esteja no prazo limite e se torne urgente, trazendo imensa ansiedade, estresse e muitos aborrecimentos, além de uma correria insana para conseguir completar a tarefa, roubando sua qualidade de vida.
- 4 Reconhece alguém que age dessa maneira? Talvez você mesmo?
- 5 E aquela história das resoluções de Ano Novo? “Ano que vem tudo irá mudar!”. Como se a mudança de calendário tivesse o efeito mágico de transformar as nossas vidas.
- 6 Emagrecer, iniciar ou reiniciar a academia, fazer aquele curso de espanhol, parar de tomar refrigerantes e melhorar a alimentação, mudar para um trabalho que realmente faça a diferença... Temos a certeza da importância fundamental dessa mudança de comportamento, fará toda a diferença, apostamos.
- 7 Pesquisas mostram que a motivação para a mudança dura poucos dias ou semanas após o ano novo, e, mais uma vez, esse adiamento gera culpa e arrependimento. Conhecemos tantos que agem dessa maneira, mas, se gera tanta dor, por que o fazem?
- 8 O hábito e a repetição desse padrão é a conhecida PROCRASTINAÇÃO, comportamento disfuncional muito comum, que traz transtornos e dificuldades para a carreira, para os relacionamentos e até mesmo para a nossa saúde.
- 9 A definição de Procrastinação é “atraso voluntário de uma ação apesar das (pre)visíveis e negativas consequências futuras”. É escolher tarefas que trazem satisfação imediata ao invés de ter uma visão e ação de longo prazo. É gestar urgências e parir ansiedade e estresse.
- 10 Claro que não estamos falando das exceções eventuais que nos fazem adiar os planos, como por exemplo alguém que adoeceu na família e solicita nossa ajuda, e então precisamos adiar voluntariamente o término do relatório, segundo o pesquisador no tema, Dr. Timothy Pychyl, psicólogo professor da Carleton University, em Ottawa, Canadá.
- 11 O procrastinador habitual SABE que deveria estar focado em sua tarefa, sente-se mal por não fazê-lo e inconscientemente tenta aliviar seu sofrimento fazendo “compensações morais” para diminuir a culpa, por exemplo, ir na academia em vez de terminar o relatório, mas é um alívio fugaz.
- 12 Pesquisas psicológicas demonstraram que os procrastinadores habituais têm crenças equivocadas sobre o porquê agem dessa maneira. Querem acreditar que não concluem sua tarefa porque precisam de condições ideais, e porque querem fazer as coisas com perfeição.

In: <https://www.robertodebski.com.br/artigos/procrastinacao-voce-tem-o-habito-de-adiar-as-coisas-importantes/> Acesso em 16 ago 2025.

(Adaptado)

10. O texto aborda o comportamento da procrastinação e seus efeitos. Assinale a alternativa **correta**:
- (A) A procrastinação é apresentada como um problema que afeta apenas a produtividade profissional, sem implicações pessoais ou de saúde.
 - (B) O texto indica que a procrastinação se limita a tarefas pequenas e triviais, não envolvendo projetos ou decisões importantes.
 - (C) A procrastinação é descrita como comportamento disfuncional, que traz ansiedade, estresse e prejuízos tanto na vida profissional quanto na pessoal.
 - (D) O autor defende que a procrastinação só ocorre em pessoas sem planejamento ou disciplina, sem considerar fatores psicológicos.
 - (E) A procrastinação é caracterizada como escolha consciente de adiar tarefas importantes, sem qualquer arrependimento ou culpa.

Leia o trecho:

“O procrastinador habitual SABE que deveria estar focado em sua tarefa, sente-se mal por não fazê-lo e inconscientemente tenta aliviar seu sofrimento fazendo ‘compensações morais’...”

11. Pode-se inferir que:
- (A) O procrastinador não sente culpa pelo adiamento e apenas adia por comodidade.
 - (B) A procrastinação está associada à consciência de deveres não cumpridos e à tentativa de compensar emocionalmente as falhas.
 - (C) As “compensações morais” descritas no texto tornam a procrastinação saudável e produtiva.
 - (D) O autor sugere que todos os indivíduos que adiam tarefas têm a mesma motivação psicológica.
 - (E) A procrastinação é um fenômeno exclusivamente social, sem qualquer relação com processos psicológicos individuais.

Considere os dois trechos:

Texto 1 – Paulo Mendes Campos:

“Para o brasileiro, os atos fundamentais da existência são: nascimento, reprodução, procrastinação e morte (esta última, se possível, também adiada).”

Texto 2 – Roberto Debski:

“O procrastinador habitual SABE que deveria estar focado em sua tarefa, sente-se mal por não fazê-lo e inconscientemente tenta aliviar seu sofrimento fazendo ‘compensações morais’...”

12. Sobre a relação entre os textos, assinale a alternativa **correta**:

- (A) Ambos os textos tratam a procrastinação como efeito de fatores externos (como prazos e calendário), sem considerar o comportamento interno do indivíduo.
- (B) Ambos os textos reduzem o fenômeno do adiamento à procrastinação cotidiana, sem qualquer dimensão existencial ou emocional.
- (C) Paulo Mendes Campos considera a procrastinação como patologia, enquanto Debski apresenta o adiamento como uma peculiaridade cultural do brasileiro.
- (D) Ambos os textos tratam a procrastinação como característica exclusivamente cultural, sem referência a aspectos psicológicos individuais.
- (E) O texto de Debski amplia a visão de Paulo Mendes Campos, mostrando que o adiamento envolve consciência, culpa e tentativa de compensação, enquanto a crônica enfatiza a naturalização social do hábito.

Leia o trecho:

“É muito grande o número de pessoas que sofrem as terríveis consequências de sempre adiar até a última hora o que deve ser feito. Deixam para ‘daqui a pouco’ ou para ‘amanhã’ o término do projeto cujo prazo se aproxima rapidamente.”

13. Com base nesse trecho, assinale a alternativa em que **todas as frases estão corretas e equivalentes ao sentido original**, mantendo coerência e coesão:

- (A) Muitas pessoas sofrem consequências terríveis por adiar até a última hora o que deve ser feito e deixam para ‘daqui a pouco’ ou ‘amanhã’ o término do projeto cujo prazo se aproxima rapidamente.
- (B) Um grande número de pessoas sofre consequências terríveis porque adia sempre até a última hora o que precisa ser feito, e deixam para ‘amanhã’ o término do projeto cujo prazo se aproxima.
- (C) São muitas as pessoas que sofrem as consequências terríveis de adiar até a última hora o que deve ser feito; elas deixam para ‘daqui a pouco’ ou ‘amanhã’ concluir o projeto cujo prazo se aproxima rapidamente.
- (D) Muitas pessoas sofrem terríveis consequências por sempre adiarem até o último momento o que deve ser feito, deixando para ‘amanhã’ o término do projeto com prazo próximo.
- (E) Um número muito grande de pessoas sofre consequências terríveis por adiar até a última hora o que deve ser feito, deixando para ‘daqui a pouco’ ou ‘amanhã’ a conclusão do projeto cujo prazo se aproxima rapidamente.

No trecho:

“O hábito e a repetição desse padrão é a conhecida PROCRASTINAÇÃO, comportamento disfuncional muito comum, que traz transtornos e dificuldades para a carreira, para os relacionamentos e até mesmo para a nossa saúde.”

14. Assinale a alternativa correta quanto à **formação e estrutura da palavra destacada**:

- (A) “Procrastinação” é formada a partir do verbo latino *procrastinare*, sendo uma **substantivação derivada** que indica a ação de adiar.
- (B) “Procrastinação” é formada por **composição por justaposição**, unindo dois substantivos distintos: “procrasti” + “nação”.
- (C) A palavra “procrastinação” apresenta **prefixo de negação** e radical, indicando a ausência de ação.
- (D) Trata-se de um **adjetivo derivado** do verbo “procrastinar”, utilizado para qualificar comportamentos.
- (E) “Procrastinação” é um verbo nominalizado por **redução**, derivado de “procrastinar”, perdendo a terminação original.

Leia o trecho:

“É gestar urgências e parir ansiedade e estresse.”

15. Sobre o emprego das expressões nesse trecho, assinale a alternativa **correta**:
- (A) Os verbos “gestar” e “parir” são utilizados em **sentido literal (denotativo)**, referindo-se a processos biológicos reais.
 - (B) As expressões têm **sentido figurado (conotativo)**, transmitindo a ideia de que a procrastinação cria artificialmente situações de pressão emocional.
 - (C) “Gestar urgências” é sentido literal, enquanto “parir ansiedade e estresse” é conotativo.
 - (D) Trata-se de uma metáfora que combina **denotação e conotação**, pois ambos os verbos mantêm sentido biológico literal.
 - (E) O autor usa hipérbole, mas não há mudança de sentido; portanto, os verbos permanecem denotativos.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Diego Ribeiro

16. Durante uma operação de patrulhamento em uma área urbana, quatro oficiais – Araújo, Barbosa, Cássio e Dantas – ocuparam quatro pontos distintos (Norte, Sul, Leste e Oeste). Sabe-se que:

- Araújo não ficou nem ao Norte nem ao Oeste.
- Barbosa ficou exatamente ao lado de quem estava no ponto Norte.
- Cássio não ficou ao lado de Barbosa.
- Dantas não ficou no Leste.

Sabendo que “ao lado” refere-se a posições adjacentes (Norte adjacente a Leste e Oeste; Leste adjacente a Norte e Sul; Sul adjacente a Leste e Oeste; Oeste adjacente a Norte e Sul), quem estava no ponto Norte?

- (A) Araújo.
 - (B) Barbosa.
 - (C) Cássio.
 - (D) Dantas.
 - (E) Não é possível determinar.
17. Durante a aquisição de coletes balísticos, a PMAP obteve 80 unidades com 25% de desconto sobre o valor de R\$ 480 por unidade. Posteriormente, o fornecedor reajustou o preço com um acréscimo de 20% sobre o valor sem desconto. Qual a diferença de valor unitário entre o preço com desconto e o novo valor com acréscimo?
- (A) R\$ 96,00
 - (B) R\$ 144,00
 - (C) R\$ 192,00
 - (D) R\$ 216,00
 - (E) R\$ 288,00
18. Durante um exercício de treinamento, os pelotões Alfa, Bravo e Charlie devem correr voltas na pista. O pelotão Alfa completa uma volta a cada 12 minutos, Bravo a cada 18 minutos e Charlie a cada 20 minutos. Se eles largam juntos às 08:00, a próxima vez em que passarão juntos pelo ponto de partida será:
- (A) 09:12
 - (B) 08:36
 - (C) 09:48
 - (D) 10:24
 - (E) 11:00

19. Durante treinamento com novos soldados, um instrutor afirmou:

“Todos os soldados ágeis são aprovados. Nenhum dos que desrespeitam ordens são considerados ágeis. Logo...”
Assinale a conclusão que pode ser corretamente inferida:

- (A) Nenhum aprovado desrespeita ordens.
- (B) Todos os que desrespeitam ordens são reprovados.
- (C) Alguns ágeis são reprovados.
- (D) Todos os aprovados desrespeitam ordens.
- (E) Pode haver desrespeitador de ordens aprovado.

20. Em um curso de formação da PM, do total de candidatos, $\frac{3}{5}$ participaram da prova prática, e destes, $\frac{2}{3}$ obtiveram nota superior a 7. Sabendo que 144 candidatos tiraram nota inferior ou igual a 7 na prova prática, quantos candidatos existiam no curso de formação?
- (A) 126
(B) 140
(C) 190
(D) 210
(E) 240
21. Durante uma simulação de combate, 8 policiais levaram 6 horas para montar 12 barracas operacionais. Supondo que todos trabalhem com a mesma eficiência, quanto tempo levariam 6 policiais para montar 16 barracas?
- (A) 8h
(B) 10h
(C) 12h
(D) 14h
(E) 16h
22. Em uma instrução de sobrevivência, cada grupo de recrutas recebeu 2,5 litros de água por dia. Após 3 dias, cada recruta havia consumido $\frac{2}{3}$ do total recebido. Quantos litros de água restavam por recruta?
- (A) 1 litro.
(B) 1,5 litros.
(C) 2 litros.
(D) 2,5 litros.
(E) 3 litros.
23. Durante o planejamento de um evento policial, um capitão disse:
- "Se chover, o treinamento será interno. Se for domingo, o efetivo será reduzido. Hoje é domingo e o treinamento foi externo." Com base nisso, é correto concluir que:
- (A) Chove e o efetivo será reduzido.
(B) Não chove e o efetivo será reduzido.
(C) Faz sol e o efetivo será completo.
(D) Chove e o efetivo será completo.
(E) Nenhuma das anteriores.
24. Durante a preparação de uma operação especial, um oficial anotou a seguinte sequência de números em um relatório:
- 3, 5, 11, 23, 43, ...
- Assinale o próximo número da sequência:
- (A) 59
(B) 66
(C) 67
(D) 73
(E) 75
25. Em um treinamento de campo com 200 recrutas, $\frac{3}{5}$ participaram da simulação noturna. Desses, 60% concluíram todas as etapas. Quantos recrutas não concluíram todas as etapas da simulação?
- (A) 60
(B) 72
(C) 96
(D) 108
(E) 128

26. Durante uma simulação de crise em um presídio, cinco oficiais (Ademar, Bruno, Caio, Daniel e Eduardo) foram designados a cinco funções distintas: negociação, vigilância externa, controle interno, monitoramento de câmeras e logística. Sabe-se que:
1. Ademar não trabalha com vigilância externa nem com controle interno.
 2. Quem trabalha com negociação é vizinho (em ordem de escala) de quem está com logística.
 3. Eduardo está exatamente no meio da escala e não trabalha com controle interno.
 4. Bruno está na ponta esquerda da escala.
 5. Daniel está ao lado de Eduardo, mas não trabalha com negociação.
 6. Caio trabalha com monitoramento de câmeras.

Sabendo que a escala segue a ordem da esquerda para a direita, é correto afirmar:

- (A) Ademar está na função de negociação.
 - (B) Eduardo está na função de logística.
 - (C) Daniel está na função de controle interno.
 - (D) Bruno está na função de vigilância externa.
 - (E) Caio está na ponta direita da escala.
27. Durante uma auditoria interna, constatou-se que um estoque de coletes balísticos reduziu 20% em janeiro, e mais 25% do total restante foi consumido em fevereiro. Após esses dois meses, restavam 360 coletes. Quantos coletes havia inicialmente?
- (A) 600
 - (B) 640
 - (C) 720
 - (D) 750
 - (E) 800

28. Durante uma investigação interna, foi apurado o seguinte:

- Se o agente Souza não estava de plantão, então o acesso ao sistema foi indevido.
- Se o acesso foi indevido, então houve falha na supervisão.
- Souza estava de plantão.

A partir dessas informações, é correto concluir:

- (A) Houve falha na supervisão.
 - (B) O acesso ao sistema foi indevido.
 - (C) O acesso ao sistema foi regular.
 - (D) Souza acessou o sistema indevidamente.
 - (E) Não é possível determinar.
29. Uma equipe da PMAP foi dividida em 3 grupos: Alfa, Bravo e Charlie. Sabe-se que:
- O grupo Alfa tem $\frac{2}{5}$ do total de policiais.
 - O grupo Bravo tem $\frac{3}{8}$ dos restantes.
 - O restante forma o grupo Charlie, com 30 policiais.

Quantos policiais havia no total?

- (A) 80
 - (B) 120
 - (C) 150
 - (D) 160
 - (E) 180
30. Um pelotão realiza marchas alternadas a cada X dias. O grupo A realiza a marcha a cada 6 dias, o grupo B a cada 8 dias, e o grupo C a cada 9 dias. Se todos marcharam juntos no dia 1º de março, qual será a próxima data em que os três grupos marcharão juntos, considerando que março tem 31 dias?
- (A) 28 de abril.
 - (B) 29 de abril.
 - (C) 10 de maio.
 - (D) 11 de maio.
 - (E) 12 de maio.

HISTÓRIA DO ESTADO DO AMAPÁ
Júlio Santos

31. O processo histórico do Amapá revela uma trajetória marcada por disputas territoriais, movimentos sociais e transformações político-administrativas. Durante o século XIX, a região foi palco de conflitos relacionados à Cabanagem e a disputas fronteiriças com a Guiana Francesa, enquanto no século XX consolidou atividades econômicas como a exploração da castanha e do manganês. A criação do Território Federal do Amapá em 1943 e sua elevação à condição de estado pela Constituição de 1988 representam marcos da integração política e administrativa da região ao Brasil.
- Considerando esse percurso histórico, assinale a alternativa correta:
- (A) A Cabanagem no Amapá foi um movimento de caráter exclusivamente local, sem relação com a revolta que se espalhou pela Província do Grão-Pará, refletindo apenas tensões internas da região.
 - (B) As disputas territoriais entre Brasil e França no Amapá foram resolvidas de maneira definitiva no século XIX, com o Laudo Suíço de 1900, que reconheceu o rio Oiapoque como limite oficial.
 - (C) A criação do Território Federal do Amapá em 1943 resultou diretamente da pressão popular interna, sem relação com interesses estratégicos e militares do governo de Getúlio Vargas durante a Segunda Guerra Mundial.
 - (D) A transformação do Amapá em estado em 1988 foi acompanhada por uma imediata diversificação econômica, consolidando setores industriais que substituíram a tradicional exploração extrativa.
 - (E) O sincretismo cultural no Amapá é resultado de processos recentes, ligados à urbanização das décadas finais do século XX, não guardando vínculos com práticas tradicionais de povos indígenas e afrodescendentes.
32. A economia do Amapá nos séculos XIX e XX foi marcada pela exploração primária. Com base nesse contexto, indique a alternativa que não representa uma das principais atividades econômicas históricas do Amapá:
- (A) Extração de castanha.
 - (B) Mineração de manganês.
 - (C) Extração de madeira.
 - (D) Agricultura de café e cana-de-açúcar.
 - (E) Comércio de produtos amazônicos.
33. A Constituição Federal de 1988 representou um marco na organização política e administrativa do Brasil, consolidando direitos civis, sociais e políticos, além de permitir a elevação de territórios federais à condição de estados. Com base nessa temática, assinale a alternativa que apresenta corretamente um dos impactos da Constituição de 1988 sobre o estado do Amapá:
- (A) A Constituição de 1988 restringiu a autonomia do Amapá, mantendo-o sob forte dependência administrativa do governo federal.
 - (B) A elevação à condição de estado em 1988 proporcionou ao Amapá maior representação política, incluindo participação no Congresso Nacional e autonomia na gestão de suas políticas públicas.
 - (C) A transformação em estado eliminou completamente as desigualdades sociais e econômicas na região, tornando-a equivalente aos estados mais desenvolvidos do país.
 - (D) A Constituição de 1988 determinou a fusão do Amapá com o Pará, visando à racionalização administrativa e territorial.
 - (E) A elevação à condição de estado não trouxe mudanças significativas, mantendo a estrutura política e administrativa do período do Território Federal.
34. Considerando os aspectos históricos, sociais e econômicos que marcaram a ocupação inicial da região amazônica, assinale a alternativa que não corresponde a uma característica do processo de colonização da região do Amapá:
- (A) Presença de populações indígenas, africanas e europeias influenciando a cultura e economia local.
 - (B) Disputas fronteiriças com a Guiana Francesa durante o período colonial.
 - (C) Organização de vilas e assentamentos voltados à exploração de recursos naturais.
 - (D) Desenvolvimento industrial intenso com grandes polos urbanos desde o século XIX.
 - (E) Resistência das populações nativas à ocupação e exploração do território.
35. Assinale a alternativa que corretamente representa um aspecto histórico da Cabanagem no Amapá:
- (A) Envolvimento de populações marginalizadas na luta por melhores condições sociais e políticas.
 - (B) Desenvolvimento econômico industrial intenso com criação de grandes centros urbanos.
 - (C) Exclusiva atuação das elites locais na administração do território.
 - (D) Ausência de conflitos sociais e políticos na região.
 - (E) Implantação de grandes fazendas de exportação de café e açúcar.

GEOGRAFIA DO ESTADO DO AMAPÁ**Júlio Santos**

36. O estado do Amapá, localizado no extremo norte do Brasil e banhado pelo Oceano Atlântico, possui uma paisagem natural marcada pela diversidade de seus ecossistemas. Nesse contexto, qual alternativa descreve corretamente a formação vegetal predominante no estado e as formações de transição que também compõem sua paisagem?
- (A) O Amapá é coberto principalmente pelo Cerrado, com áreas de transição para a Caatinga e a Mata Atlântica no litoral.
 - (B) A vegetação dominante no Amapá é a Floresta Amazônica, mas também se destacam áreas de Cerrado e Campos Inundáveis, além de Manguezais na região costeira.
 - (C) O Amapá apresenta uma paisagem de transição entre a Floresta Amazônica e a Floresta de Galeria, sem outras formações significativas.
 - (D) A maior parte do Amapá é coberta por Pampa e Floresta Subtropical, formações típicas de clima temperado.
 - (E) A vegetação do estado é dominada por restingas e dunas, com pouca presença de formações florestais densas.
37. Leia a afirmação e a justificativa a seguir e assinale a alternativa correta.
- Afirmção: O estado do Amapá não apresenta estações do ano bem definidas, como verão, outono, inverno e primavera.*
Justificativa: Isso ocorre porque o estado está localizado na zona intertropical, próximo à Linha do Equador, onde a incidência solar é alta e constante ao longo de todo o ano.
- (A) A *Afirmção* e a *Justificativa* estão corretas, e a *Justificativa* explica corretamente a *Afirmção*.
 - (B) A *Afirmção* e a *Justificativa* estão corretas, mas a *Justificativa* não explica a *Afirmção*.
 - (C) A *Afirmção* está correta, mas a *Justificativa* está incorreta.
 - (D) A *Afirmção* está incorreta, mas a *Justificativa* está correta.
 - (E) A *Afirmção* e a *Justificativa* estão incorretas.
38. Historicamente baseada no extrativismo mineral e vegetal, a economia do Amapá tem buscado diversificação e enfrentado novos desafios. Nesse contexto, qual das alternativas a seguir descreve com mais precisão sua estrutura econômica e suas principais atividades.
- (A) A economia amapaense é diversificada, com forte base na indústria de transformação e na agricultura de exportação, sendo o turismo o setor de menor importância.
 - (B) A economia do Amapá é predominantemente extrativista, com destaque para a extração mineral (manganês, ouro) e vegetal (madeira), e é complementada por um setor de serviços em crescimento e pela Zona Franca de Macapá.
 - (C) A principal base econômica do estado é a agricultura familiar de subsistência, com pouca ou nenhuma participação de atividades extrativistas ou industriais.
 - (D) O estado tem sua economia baseada quase que exclusivamente na pesca e na aquicultura, que representam 90% de seu Produto Interno Bruto (PIB).
 - (E) A economia do Amapá é impulsionada pela indústria de alta tecnologia e pela produção de energia renovável, sem dependência de recursos naturais.
39. O processo de urbanização no Brasil se manifesta de forma heterogênea nas diferentes regiões. No caso do Amapá, esse fenômeno possui uma característica bastante peculiar que o distingue de outros estados, com a população urbana concentrada em um ou poucos centros.
- A essa característica do processo de urbanização do estado, denominamos:
- (A) Urbanização dispersa.
 - (B) Conurbação regional.
 - (C) Macrocefalia urbana.
 - (D) Megalopolização.
 - (E) Desconcentração populacional.
40. O estado do Amapá se destaca no contexto brasileiro por sua posição geográfica peculiar. Localizado no extremo norte do país, é o único estado da Amazônia Legal que não possui conexão rodoviária direta com a malha viária do restante do Brasil. Essa característica singular afeta profundamente a dinâmica socioeconômica e a logística do estado.
- A principal consequência dessa particularidade geográfica é:
- (A) O Amapá ser o estado com a maior taxa de exportação agrícola por se manter livre de pragas e doenças de outras regiões.
 - (B) A economia amapaense ser completamente autossuficiente e não depender de fluxos comerciais com outros estados.
 - (C) O desenvolvimento de uma forte dependência do transporte aéreo e hidroviário para o fluxo de pessoas e mercadorias, limitando a integração regional.
 - (D) O Amapá apresentar o menor custo de vida do país, devido ao seu isolamento e à ausência de grandes indústrias.
 - (E) O estado ter uma política de turismo massivo, focado em atrair visitantes que buscam destinos de difícil acesso.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Maria Julia**

41. O cidadão Pedro descobriu que a Prefeitura de sua cidade havia firmado contrato irregular para compra de medicamentos superfaturados, lesando os cofres públicos. Por outro lado, sua irmã Ana solicitou à Receita Federal acesso a dados pessoais constantes em seu cadastro, mas o pedido foi negado.

Considerando os remédios constitucionais cabíveis, é correto afirmar que:

- (A) Pedro poderá ajuizar habeas data, e Ana deverá ingressar com mandado de segurança.
- (B) Pedro só poderá ajuizar ação civil pública, e Ana somente poderá buscar revisão administrativa.
- (C) Pedro poderá propor ação popular, e Ana poderá impetrar habeas data.
- (D) Ambos deverão ingressar com mandado de injunção.
- (E) Pedro poderá propor habeas corpus coletivo, e Ana ajuizar ação popular.

42. O Congresso Nacional aprovou um tratado internacional de direitos humanos pelo rito ordinário, com maioria simples em sessão unicameral. No controle de constitucionalidade, discute-se a posição hierárquica desse tratado no ordenamento jurídico.

De acordo com a jurisprudência do STF, esse tratado terá:

- (A) Status constitucional, equivalente a emenda constitucional.
- (B) Status legal, igual às leis ordinárias.
- (C) Status supralegal, acima das leis, mas abaixo da Constituição.
- (D) Status de norma programática, sem força jurídica.
- (E) Status equivalente às medidas provisórias.

43. A Polícia Militar recebeu denúncia anônima de que João traficava drogas em sua residência. Sem mandado judicial, os policiais ingressaram na casa durante a madrugada, encontrando entorpecentes em quantidade relevante. No processo, a defesa alega nulidade da prova.

Considerando a CF/1988 e a jurisprudência consolidada do STF e STJ, é correto afirmar que:

- (A) O ingresso foi lícito, pois denúncias anônimas sempre autorizam a entrada em domicílio.
- (B) O ingresso foi ilícito, pois apenas mandado judicial, cumprido durante o dia, autorizaria a entrada.
- (C) O ingresso foi ilícito, pois a denúncia anônima, desacompanhada de outros elementos que indiquem fundada razão de flagrante delito, não autoriza o ingresso domiciliar.
- (D) O ingresso foi lícito, pois, tratando-se de crime permanente, a polícia pode ingressar a qualquer momento, independentemente de fundada razão.
- (E) O ingresso foi lícito, pois o tráfico de drogas, por si só, é fundamento suficiente para autorizar a invasão domiciliar.

44. Após a edição da EC n. 104/2019, um debate surgiu sobre a quem compete a segurança de estabelecimentos prisionais. Além disso, em um município, cogitou-se que a guarda municipal passasse a realizar patrulhamento ostensivo e investigações criminais.

À luz da CF/1988, é correto afirmar que:

- (A) A segurança dos presídios é de responsabilidade exclusiva das polícias civis.
- (B) A polícia penal é vinculada ao órgão gestor do sistema prisional e atua na segurança dos estabelecimentos penais.
- (C) As guardas municipais têm competência para exercer funções de polícia judiciária e repressão penal.
- (D) A polícia penal é subordinada às Forças Armadas, como reserva do Exército.
- (E) As guardas municipais têm a mesma competência das polícias militares na preservação da ordem pública.

45. O Presidente da República, em razão de agenda internacional, decidiu delegar a atribuição de conceder indulto natalino coletivo a um de seus Ministros de Estado.

De acordo com o art. 84 da CF/1988, é correto afirmar que:

- (A) O ato é inválido, pois a concessão de indulto é competência privativa e indelegável.
- (B) O ato é válido, pois a concessão de indulto está entre as competências delegáveis.
- (C) O ato é inválido, pois só pode ser delegado ao Congresso Nacional.
- (D) O ato é válido, mas apenas se delegado ao Vice-Presidente da República.
- (E) O ato é inválido, pois a CF/1988 só permite delegação para edição de medidas provisórias.

46. O Município Alfa aprovou sua Lei Orgânica por meio de Assembleia Constituinte Municipal. Um cidadão ingressou em juízo, alegando que a Constituição não prevê tal procedimento.
- À luz da CF/1988 e da doutrina majoritária, é correto afirmar que:
- (A) O Município exerce poder constituinte originário, podendo elaborar livremente sua Lei Orgânica.
 - (B) O Município exerce poder constituinte decorrente, equiparado ao dos Estados.
 - (C) O Município não exerce poder constituinte, pois sua Lei Orgânica é subordinada à Constituição Estadual.
 - (D) O Município possui poder constituinte revisor, exercido a cada 5 anos.
 - (E) O Município possui poder constituinte difuso, expresso pela prática consuetudinária.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Vinicius Marques

47. Sobre os princípios que regem a Administração Pública no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) O princípio da autotutela impede a Administração de anular seus próprios atos, ainda que ilegais, pois tal providência compete exclusivamente ao Poder Judiciário, para resguardar o princípio da separação dos poderes.
 - (B) O princípio da publicidade restringe-se à divulgação oficial de atos administrativos já concluídos, não alcançando processos em andamento ou informações de interesse coletivo.
 - (C) Pelo princípio da moralidade administrativa, a atuação do agente público deve pautar-se exclusivamente na legalidade formal, sendo irrelevantes valores éticos ou sociais que não estejam expressamente previstos em lei.
 - (D) O princípio da eficiência impõe à Administração Pública o dever de buscar resultados positivos para o interesse público com o melhor aproveitamento possível dos recursos, conjugando qualidade na prestação do serviço com economicidade e celeridade.
 - (E) O princípio da legalidade, no âmbito da Administração Pública, significa que o administrador pode agir de forma livre, desde que não haja norma expressa proibindo a conduta adotada.
48. Durante uma operação de patrulhamento ostensivo em Macapá, o Comandante de Companhia da Polícia Militar do Amapá identificou, em redes sociais, que um de seus subordinados havia publicado imagens internas de uma reunião operacional reservada, nas quais constavam dados estratégicos e escalas de serviço. Considerando a gravidade da conduta e a possibilidade de comprometimento da segurança da tropa, o Comandante determinou a imediata instauração de processo administrativo disciplinar para apurar os fatos e, preventivamente, afastou o militar das funções operacionais, sem prejuízo de sua remuneração, até a conclusão do procedimento. Paralelamente, o Comandante expediu norma interna estabelecendo novas diretrizes para o uso de aparelhos eletrônicos durante reuniões e instruções operacionais, proibindo a gravação ou divulgação não autorizada de informações internas. Com base no caso narrado e no regime jurídico aplicável aos poderes administrativos, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) A instauração do processo administrativo disciplinar e o afastamento preventivo do militar configuram exercício do poder regulamentar, pois envolvem a edição de atos administrativos de alcance interno.
 - (B) A conduta do Comandante envolve exercício simultâneo do poder disciplinar, ao instaurar procedimento para apuração de infração funcional e aplicar medida cautelar de afastamento, e do poder regulamentar, ao editar norma interna com caráter geral e abstrato para disciplinar o uso de aparelhos eletrônicos no âmbito da corporação.
 - (C) A edição de normas internas de conduta no âmbito da Polícia Militar caracteriza exercício do poder de polícia, pois visa restringir direitos individuais para proteção do interesse coletivo e da segurança pública.
 - (D) O afastamento preventivo do militar configura exercício do poder hierárquico, pois representa mera distribuição de funções e organização interna do serviço.
 - (E) A instauração de processo administrativo disciplinar independe do exercício de poder administrativo específico, pois decorre de atribuição genérica conferida ao superior hierárquico.
49. A Companhia de Água e Esgoto do Amapá (CAESA), concessionária estadual responsável pela prestação do serviço público de abastecimento de água, celebrou contrato de concessão prorrogado por mais 20 anos. Com o aumento da população na cidade de Santana, moradores começaram a reclamar de interrupções frequentes e queda na qualidade da água fornecida. Em vistoria realizada pela agência reguladora estadual, constatou-se que a concessionária havia reduzido o número de equipes de manutenção para contenção de custos e não estava realizando a renovação das tubulações antigas, mesmo havendo previsão contratual de investimentos periódicos para manutenção e melhoria da rede. A empresa justificou a conduta alegando que buscava preservar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão diante da inadimplência crescente dos usuários. Diante do caso, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) A prestação do serviço público de abastecimento de água deve observar, entre outros, os princípios da continuidade e da adequação, que impõem à concessionária a obrigação de manter o fornecimento regular e com qualidade, sendo ilícita a redução deliberada da capacidade operacional em prejuízo dos usuários, ainda que haja alegação de dificuldades financeiras.
 - (B) A concessionária pode interromper o fornecimento de água de forma coletiva, como medida administrativa para reduzir custos e preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que comunique previamente ao poder concedente.
 - (C) A continuidade do serviço público admite interrupção por razões de conveniência econômica da concessionária, desde que não ultrapasse o prazo máximo de 30 dias por ano e seja autorizada pela agência reguladora.
 - (D) A inadimplência generalizada dos usuários afasta a aplicação do princípio da modicidade tarifária, autorizando a concessionária a elevar unilateralmente as tarifas para compensar perdas financeiras.
 - (E) O princípio da adequação do serviço público refere-se exclusivamente à observância das normas técnicas de segurança, não abrangendo aspectos como regularidade, eficiência e qualidade na prestação do serviço.

50. O Tenente da Polícia Militar do Amapá, Fausto Veras, comandante de um pelotão, recebeu determinação do Comando-Geral para instaurar procedimento administrativo destinado à redistribuição de viaturas entre as unidades operacionais da capital e do interior, visando otimizar a utilização da frota. No cumprimento da ordem, expediu ato administrativo transferindo duas viaturas novas de sua unidade para um batalhão do interior. Dias depois, a Corregedoria constatou que o ato foi praticado sem a observância do procedimento prévio previsto na portaria regulamentar interna, que exige parecer técnico da Seção de Logística sobre as condições e necessidades de cada unidade. Além disso, verificou-se que uma das viaturas transferidas havia sido recebida mediante convênio federal com cláusula de uso restrito à capital. O Comandante-Geral, ao tomar conhecimento dos fatos, determinou a anulação do ato por vício de legalidade, restabelecendo a situação anterior. Considerando o caso narrado e a teoria geral dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) O ato praticado pelo Tenente é discricionário, pois envolveu juízo de conveniência e oportunidade na gestão da frota, sendo vedada sua anulação pela autoridade superior, que apenas poderia revogá-lo.
 - (B) A ausência de parecer técnico prévio e o descumprimento de cláusula de uso da viatura configuram vícios sanáveis, autorizando a convalidação do ato pelo próprio Tenente, desde que corrigidas as falhas formais e materiais.
 - (C) O ato é inválido por vício de legalidade, pois descumpriu norma interna vinculante e cláusula contratual federal, devendo ser anulado pela Administração com efeitos retroativos (*ex tunc*), restabelecendo a situação anterior, sem que isso configure ofensa à segurança jurídica, já que não houve constituição de direito adquirido.
 - (D) O ato é válido, pois a cláusula de uso restrito da viatura não vincula a Administração estadual, prevalecendo o interesse local na redistribuição de recursos públicos, mesmo que haja norma interna em sentido contrário.
 - (E) O ato, ainda que ilegal, não pode ser anulado de ofício pela Administração, sendo necessária provocação judicial para restabelecer a legalidade, sob pena de violação do devido processo legal.
51. Durante um curso de formação de Oficiais Combatentes da Polícia Militar do Amapá, os instrutores organizaram um treinamento prático de cerimonial e formaturas. No momento de testar a ordem unida, um aspirante, por engano, posicionou-se no lugar reservado ao Comandante-Geral da corporação e passou a dar comandos à tropa, acreditando tratar-se de uma simulação autorizada. A cena, que gerou risos entre os colegas e foi filmada, chegou ao conhecimento da Seção de Pessoal, que instaurou expediente para apurar se o aspirante teria “exercido função pública sem investidura” ou praticado conduta disciplinar irregular. Considerando o regime jurídico aplicável aos servidores públicos e as definições de cargo, emprego e função públicos, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) A conduta do aspirante caracteriza exercício de cargo público em sentido estrito, pois o comando de tropa é atribuição típica de cargo efetivo na estrutura da Polícia Militar.
 - (B) O aspirante, ao dar comandos, exerceu atribuições próprias de emprego público, pois estava em situação prática de simulação operacional, típica de vínculo celetista.
 - (C) O episódio revela o desempenho de função de confiança, pois o comando de formaturas é tarefa privativa de quem ocupa cargo em comissão ou função comissionada na corporação.
 - (D) A situação configura investidura irregular em cargo público, sendo juridicamente equiparada ao usurpador de função, pois o aspirante não detinha nomeação formal para a chefia naquele momento.
 - (E) Trata-se de exercício ocasional e informal de uma atribuição específica, sem que haja efetiva investidura em cargo ou emprego público, configurando apenas o desempenho de função pública em sentido material, por delegação implícita e momentânea no contexto de instrução.
52. Em uma operação de patrulhamento motorizado em Macapá, uma viatura da Polícia Militar do Amapá, conduzida por um cabo da corporação, avançou o sinal vermelho em alta velocidade para atender a uma ocorrência de assalto em andamento. Ao atravessar o cruzamento, a viatura colidiu com um veículo particular, causando danos materiais significativos e lesões leves ao motorista. A investigação interna constatou que, embora a ocorrência fosse grave, não havia situação de perseguição imediata e a utilização de sirene e giroflex não foi acionada. O condutor particular ajuizou ação indenizatória contra o Estado do Amapá, pleiteando reparação integral pelos danos materiais e morais sofridos. Considerando a disciplina da responsabilidade civil do Estado e os elementos do caso, assinale a alternativa CORRETA:
- (A) O Estado não pode ser responsabilizado, pois a viatura estava em serviço e respondendo a ocorrência policial, sendo irrelevante a ausência de acionamento de sinais sonoros e luminosos.
 - (B) A responsabilidade do Estado, nesse caso, é subjetiva, devendo o particular provar a culpa do agente público na condução da viatura para obter indenização.
 - (C) O Estado responde objetivamente pelos danos causados por seus agentes no exercício de suas funções, desde que haja nexo de causalidade entre a conduta e o dano, sendo irrelevante a comprovação de culpa, mas cabendo ação regressiva contra o policial caso se comprove dolo ou culpa.
 - (D) O Estado responde objetivamente apenas por danos causados a terceiros não envolvidos em operações policiais, não abrangendo aqueles decorrentes de ações emergenciais, como deslocamento para atender ocorrências criminais.
 - (E) A ausência de acionamento da sirene e do giroflex exclui automaticamente a responsabilidade do Estado, pois configura rompimento do nexo causal por fato exclusivo do agente.

DIREITO PENAL MILITAR**Cícero Coimbra**

53. Sobre o lugar do crime no Código Penal Militar, pode-se afirmar:
- (A) A teoria adotada pelo Código Penal Militar é idêntica à do Código Penal comum.
 - (B) O Código adotou a teoria da atividade.
 - (C) O Código adotou a teoria da ação.
 - (D) O Código adotou a teoria do resultado.
 - (E) Para o crime comissivo foi adotada a teoria da ubiquidade.
54. Avalie o dispositivo penal abaixo e responda, em seguida, assinalando a alternativa correta.
- “Art. 166. Publicar o militar ou assemelhado, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo:
Pena – detenção, de dois meses a um ano, se o fato não constitui crime mais grave”.
Desconsiderando a figura do assemelhado, hoje inexistente, este delito pode ter por sujeito ativo:
- (A) Qualquer pessoa.
 - (B) Apenas o civil.
 - (C) Apenas o militar da ativa.
 - (D) Um militar da reserva.
 - (E) Um militar reformado.
55. Tomando-se em conta que no Direito Penal Militar prevalece a interpretação restritiva, no crime de violência contra superior, qualificado pelo fato de ter sido praticado contra “comandante” de Unidade (§ 1º do art. 157 do CPM), não estará presente a qualificadora se o fato for praticado:
- (A) Contra um comandante de unidade administrativa de uma instituição militar.
 - (B) Contra um diretor de hospital militar.
 - (C) Contra um chefe de um centro de material bélico de uma instituição militar.
 - (D) Contra um comandante de companhia.
 - (E) Contra um comandante de unidade operacional de uma instituição militar.
56. O militar da reserva, ou reformado, para o efeito da aplicação da lei penal militar, quando pratica um crime militar ou quando contra ele é praticado um crime militar:
- (A) Não conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação.
 - (B) Conserva as responsabilidades e prerrogativas do posto ou graduação.
 - (C) Conserva apenas as responsabilidades do posto ou graduação.
 - (D) Conserva apenas as prerrogativas do posto ou graduação.
 - (E) Conserva apenas as responsabilidades do posto ou graduação quando o fato for praticado em lugar sujeito à administração militar.
57. Quem sacrifica direito alheio, para proteger direito seu, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, quando os direitos sacrificado e protegido são iguais em grandeza, desde que não lhe seja exigível conduta diversa, terá sua conduta:
- (A) Exculpada por estado de necessidade.
 - (B) Justificada por estado de necessidade.
 - (C) Exculpada por legítima defesa
 - (D) Justificada por legítima defesa.
 - (E) Considerada atípica por legítima defesa
58. O sujeito ativo do crime de oposição à ordem de sentinela pode ser:
- (A) Somente o militar.
 - (B) Somente o militar inferior hierárquico.
 - (C) Somente o militar superior hierárquico.
 - (D) qualquer pessoa.
 - (E) Somente o civil.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR**Cícero Coimbra**

59. O Código de Processo Penal Militar possui normas que regem:
- (A) Apenas o processo penal militar em tempo de guerra, pois o processo penal em tempo de paz é regido pela Lei de Organização da Justiça Militar da União.
 - (B) Apenas o processo penal militar em tempo de guerra, pois o processo penal em tempo de paz é regido pelo Código de Processo Penal comum.
 - (C) Apenas o processo penal militar em tempo de paz, pois o processo penal em tempo de guerra é regido pela Lei de Organização da Justiça Militar da União.
 - (D) O processo penal em tempo de paz e de guerra, salvo no caso de existir legislação especial que lhe for estritamente aplicável.
 - (E) Apenas o processo penal militar em tempo de paz, pois o processo penal em tempo de guerra é regido pelo Código de Processo Penal comum.
60. No que concerne ao regramento do processo penal militar no âmbito das Justiças Militares dos Estados, é correto afirmar que o Código de Processo Penal Militar:
- (A) Não se aplica aos processos em curso nas Justiças Militares Estaduais, com exceção das disposições sobre o inquérito policial militar.
 - (B) Não se aplica aos processos em curso nas Justiças Militares Estaduais, com exceção dos dispositivos relativos à organização da Justiça Militar, à execução da sentença e aos recursos.
 - (C) Não se aplica aos processos em curso nas Justiças Militares Estaduais, com exceção dos dispositivos relativos às medidas preventivas e assecuratórias.
 - (D) Aplica-se aos processos em curso nas Justiças Militares Estaduais, com exceção dos dispositivos relativos ao inquérito policial militar.
 - (E) Aplica-se aos processos em curso nas Justiças Militares Estaduais, com os dispositivos relativos à organização da Justiça Militar, à execução da sentença e aos recursos.
61. O encarregado do inquérito policial militar será:
- (A) Sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente.
 - (B) Obrigatoriamente, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente.
 - (C) Sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de major.
 - (D) Obrigatoriamente, oficial de posto não inferior ao de major.
 - (E) Obrigatoriamente, oficial de posto não inferior ao de coronel.
62. O inquérito policial militar, com indiciado solto, deverá terminar:
- (A) Dentro em vinte dias, contado esse prazo a partir da data do fato.
 - (B) Dentro em vinte dias, contado esse prazo a partir da data da portaria de instauração.
 - (C) Dentro em quarenta dias, contado esse prazo a partir da data da portaria de instauração.
 - (D) Dentro em trinta dias, contado esse prazo a partir da data da portaria de instauração.
 - (E) Dentro em trinta dias, contado esse prazo a partir da data do fato.
63. Avaliando o disposto no Código de Processo Penal Militar e no Código Penal Militar, pode-se afirmar que nos crimes previsto no art. 141 do Código Penal Militar, a ação penal, quando o agente for civil, e não houver coautor militar, depende de requisição, que será feita pelo:
- (A) Ministério que apurar o fato em inquérito.
 - (B) Ministério da Justiça.
 - (C) Ministério da Defesa.
 - (D) Ministério da Segurança Pública.
 - (E) Presidente da República.

64. Complemente o dispositivo abaixo com a palavra que corresponde à lacuna:

Sentença condenatória

Art. 196. Decorrido o prazo de _____ dias, após o trânsito em julgado de sentença condenatória, proceder-se-á da seguinte maneira em relação aos bens apreendidos:

Destino das coisas

- a) os referidos no art. 109, n. II, letra a, do Código Penal Militar, serão inutilizados ou recolhidos a Museu Criminal ou entregues às Forças Armadas, se lhes interessarem;
- b) quaisquer outros bens serão avaliados e vendidos em leilão público, recolhendo-se ao fundo da organização militar correspondente ao Conselho de Justiça o que não couber ao lesado ou terceiro de boa-fé.

- (A) Sessenta.
- (B) Trinta.
- (C) Cinquenta.
- (D) Noventa.
- (E) Quarenta.

DIREITOS HUMANOS

Matheus Atalano

65. Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Decreto-Lei n. 678/1992), assinale a alternativa correta:

- (A) A CADH prevê, em seu artigo 4º, que toda pessoa tem direito de que se respeite sua vida, e esse direito deve ser protegido pela lei, em geral, desde o momento da concepção.
- (B) A CADH não prevê nenhuma menção aos direitos econômicos, sociais e culturais.
- (C) A CADH não admite restrições à liberdade de expressão em hipótese alguma.
- (D) A Corte Interamericana de Direitos Humanos é competente para julgar indivíduos, desde que haja autorização do Estado-parte.
- (E) A CADH não prevê qualquer obrigação de os Estados respeitarem os direitos humanos independentemente de suas legislações internas.

66. De acordo com a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta sobre a incorporação e hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos.

- (A) Todos os tratados internacionais ratificados pelo Brasil possuem status constitucional.
- (B) Os tratados de direitos humanos aprovados pelo Congresso Nacional com quórum de emenda constitucional possuem hierarquia equivalente às emendas constitucionais.
- (C) Os tratados internacionais de direitos humanos incorporados antes da Constituição de 1988 não produzem efeitos jurídicos internos.
- (D) Os tratados internacionais de direitos humanos podem ser denunciados pelo Presidente da República sem participação do Congresso Nacional.
- (E) Os tratados de direitos humanos têm sempre hierarquia supraconstitucional.

67. O Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), previsto na Constituição Federal, é um mecanismo destinado a assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte. Sobre o IDC, assinale a alternativa correta:

- (A) O IDC é suscitado pelo Procurador-Geral da República, perante o Supremo Tribunal Federal, sempre que houver grave violação de direitos humanos.
- (B) O IDC é suscitado pelo Presidente da República, perante o Supremo Tribunal Federal, em caso de violação de direitos humanos, visando resguardar a soberania nacional.
- (C) O IDC é suscitado pelo Procurador-Geral da República, perante o Superior Tribunal de Justiça, nos casos de grave violação de direitos humanos, visando assegurar o cumprimento de obrigações internacionais de direitos humanos assumidas pelo Brasil.
- (D) O IDC pode ser suscitado por qualquer cidadão, mediante ação popular, desde que demonstre grave violação de direitos humanos reconhecida em tratado internacional.
- (E) O IDC é suscitado exclusivamente pelo Congresso Nacional, em casos de crimes praticados contra autoridades estrangeiras em território brasileiro.

68. No âmbito da teoria geral dos direitos humanos, há distinções conceituais importantes. Assinale a alternativa correta:
- (A) Direitos do homem referem-se àqueles previstos em Constituições nacionais, enquanto direitos fundamentais se aplicam universalmente.
 - (B) Direitos humanos e direitos do homem são sinônimos, sem qualquer diferença histórica ou doutrinária.
 - (C) Direitos fundamentais são os direitos humanos positivados em uma ordem constitucional específica.
 - (D) Direitos humanos se restringem ao campo civil e político, enquanto direitos fundamentais abrangem todos os direitos sociais.
 - (E) A terminologia não possui relevância prática ou acadêmica.
69. Sobre a afirmação histórica dos direitos humanos e considerando, também, a chamada teoria das gerações, é correto afirmar:
- (A) A primeira geração corresponde aos direitos sociais, econômicos e culturais, surgidos no século XX.
 - (B) A segunda geração corresponde aos direitos civis e políticos, tendo como marcos históricos a Revolução Francesa e a Revolução Americana.
 - (C) A terceira geração corresponde aos direitos de fraternidade e solidariedade, como o direito ao desenvolvimento e à paz.
 - (D) A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 representa marco exclusivo da primeira geração de direitos.
 - (E) A Declaração de Viena de 1993 reconheceu apenas os direitos civis e políticos, reforçando a indivisibilidade.
70. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), adotada pela Assembleia Geral da ONU por meio da Res. 217-A-III, estabelece que:
- (A) Toda pessoa tem direito à nacionalidade, podendo, ainda que de maneira excepcional, vir a ser arbitrariamente privado dela.
 - (B) Toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal.
 - (C) Toda pessoa acusada de crime tem direito a um julgamento público e parcial.
 - (D) Ninguém será mantido em escravidão ou servidão, sendo a escravidão proibida em quase todas as suas formas.
 - (E) Todo ser humano tem direito à instrução gratuita em todos os níveis, inclusive no ensino superior.



Polícia Militar do Estado do Amapá
Oficial Combatente - QOPMC (Pós-Edital)

Folha de Respostas

Número do Caderno 000000000	Cargo ou Opção Oficial Combatente - QOPMC
---------------------------------------	---

Objetiva Seletiva

001 -	011 -	021 -	031 -	041 -	051 -	061 -
002 -	012 -	022 -	032 -	042 -	052 -	062 -
003 -	013 -	023 -	033 -	043 -	053 -	063 -
004 -	014 -	024 -	034 -	044 -	054 -	064 -
005 -	015 -	025 -	035 -	045 -	055 -	065 -
006 -	016 -	026 -	036 -	046 -	056 -	066 -
007 -	017 -	027 -	037 -	047 -	057 -	067 -
008 -	018 -	028 -	038 -	048 -	058 -	068 -
009 -	019 -	029 -	039 -	049 -	059 -	069 -
010 -	020 -	030 -	040 -	050 -	060 -	070 -

SALAS PARTICULARES 2.0

O Gran Mentor Personalizado é para você, Assinante Ilimitado, que quer acompanhamento orientado para a sua aprovação.

As **Salas Particulares do Gran** são recursos exclusivos para **alunos ilimitados**. Nelas você tem acompanhamento personalizado, orientado exclusivamente para você. As salas comportam até 100 participantes, e a sensação é de estar pessoalmente em reunião: a reunião que vai deixar você mais próximo da sua aprovação. **Vem ser Gran aluno!**

ASSINATURA ILIMITADA X

VANTAGEM EXCLUSIVA PARA ALUNOS DA ASSINATURA ILIMITADA



FACILITE SEUS ESTUDOS:

rotas de aprovação, mapas mentais, resumos e exercícios irão te guiar por um caminho mais simples e rápido.



TUDO NO SEU TEMPO E ESPAÇO:

faça o download de videoaulas e de PDFs e estude onde e quando você quiser e puder.



VOCÊ NÃO ESTÁ SOZINHO:

mentorias diárias, ao vivo, e fórum de dúvidas não te deixarão só nesta caminhada.



TUDO DE NOVO QUANTAS VEZES VOCÊ QUISER:

quantas vezes você quiser, quantas vezes você precisar, estude com o material mais atualizado e de melhor qualidade do mercado.



NÚMEROS GRANDES:

milhares de alunos aprovados, mais de 3 milhões de questões, mais de 35 mil cursos e centenas de professores para te ajudar a passar.



TUDO NA SUA MÃO:

só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero participar das salas particulares